

Eco-258

ECO  
258

**Problemática do Crédito Agrícola no Contexto do Desenvolvimento  
Rural: Necessidade, Implicações e Alternativas**

**Martins Miocho Nenane**

**Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Economia  
Trabalho de Licenciatura em Economia  
Maputo, Novembro de 2007**

**Martins Miocho Nenane**

**Problemática do Crédito Agrícola no Contexto do Desenvolvimento Rural:  
Necessidade, Implicações e Alternativas**

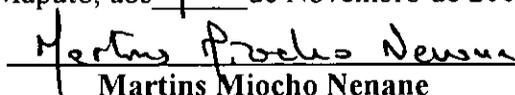
Trabalho de Licenciatura Apresentado em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Economia na Universidade Eduardo Mondlane.

**Departamento de Economia  
Faculdade de Economia  
Universidade Eduardo Mondlane**

## Declaração

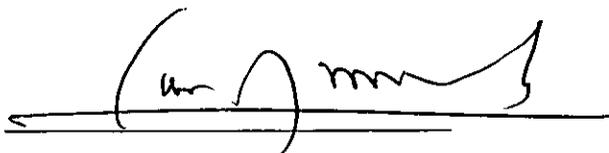
Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos 7 de Novembro de 2007

  
Martins Miocho Nenane

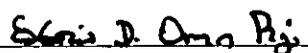
## Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 14 valores no dia 7 de Novembro de 2007 por nós membros do júri, examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente do Júri)

\_\_\_\_\_  
(Arguente)



(Supervisor)

## ÍNDICE

<b>CAPITULO I. 1 INTRODUÇÃO</b>	1
1.1. Apresentação	1
1.2. Justificativa da Escolha do Tema	2
1.3. Objectivos da Pesquisa	4
1.3.1. Geral	4
1.3.2. Específicos	4
1.4. Problema de Pesquisa	5
1.5. Hipóteses	5
1.6. Metodologia	6
1.7. Estrutura do Trabalho	7
<b>CAPÍTULO II. 2 MARCO TEÓRICO</b>	8
2.1. Conceito de Crédito	8
2.1.1. Conceito de Crédito Agrícola	9
2.1.2. Importância do Crédito para o Sector Agrícola	11
2.2. Conceito de Desenvolvimento Rural	12
2.2.1. Porque Equacionar o Problema de Desenvolvimento Rural?	13
<b>3. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE</b>	14
3.1. Antecedentes	14
3.2. Necessidade de priorização do sector agrário na alocação orçamental	16
<b>4. EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE</b>	18
4.1. Período de Economia Centralmente Planificada	18
4.2. Período de Economia de Mercado	20
<b>5. CRÉDITO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	23
<b>CAPÍTULO III. 6 SISTEMAS ALTERNATIVOS DE CRÉDITO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA</b>	26
6.1. Banco de Desenvolvimento	26
6.1.2. Experiência nos Países em Vias de Desenvolvimento	27
6.2. Abordagem sobre Micro-Finanças	29
6.2.1. O Caso de Moçambique	30
6.3. Agro-Indústrias	34
<b>CAPÍTULO IV. 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	36
7.1. Conclusões	36
7.2. Recomendações	38
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	40
<b>9. ANEXOS</b>	42

## **Dedicatória**

Martins Zolonga Nenane e Refa Helena Machado Langa (meus pais) que sempre inculcaram em mim a importância da educação.

## **Agradecimentos**

Ao longo de todos os anos em que frequentei o curso de Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, tive o prazer de contar com a amizade e apoio de inúmeras pessoas, que directa ou indirectamente, contribuíram para a minha formação.

Devo especial agradecimento a todos os estudantes e docentes da Faculdade de Economia, pelo apoio e empenho prestado ao longo do curso, em especial ao meu supervisor, dr. Estácio Omar Rajá pelo precioso apoio prestado para que o presente trabalho passasse de sonho à realidade.

Agradeço bastante aos meus irmãos (Pedro Vicente Langa, Ivone Martins Miocho, Matilde Martins Miocho, Estevão Martins Miocho, Armando Martins Nenane, Tomás Martins Miocho e Romão Martins Miocho) pela compreensão e apoio moral prestado ao longo de toda a minha vida estudantil.

Endereço ainda, especial agradecimento a todos quanto contribuíram para o sucesso da minha carreira estudantil, cujos nomes não se encontram aqui mencionados.

## Resumo

O presente trabalho avalia criticamente as políticas de crédito adoptadas em Moçambique no período pós-independência tendo em conta o seu impacto no desenvolvimento rural, apresentando alternativas para a minimização da escassez do crédito ao sector da agricultura.

Dada a grande importância do sector agrícola no desenvolvimento rural, o Governo tem levado a cabo uma série de medidas estratégicas com vista a atingir os objectivos para o sector e, neste âmbito, surgem algumas questões em torno das políticas adoptadas tais como a avaliação das medidas alternativas a serem consideradas para minimizar os efeitos da escassez de crédito para o sector agrícola.

Para a sua concretização do objectivo proposto, a pesquisa recorreu à colecta de informações relacionadas com o tema em diversas referências bibliográficas por forma a obter os pressupostos, premissas e hipóteses do trabalho bem como familiarizar-se com a área de estudo através dos registos existentes sobre as suas características gerais. A elaboração do relatório final consistiu na análise, interpretação e sintetização da informação numérica obtida nas diferentes entidades ligadas à matéria

A conclusão básica, sugere que o desenvolvimento de mercados financeiros rurais e agro-indústrias mostram-se mais viáveis. É necessário que se desenhe e se implemente um modelo de mobilização de poupanças adequado ao ambiente rural, tendo em consideração as necessidades, hábitos, costumes e as motivações da população rural bem como a dimensão destas poupanças, atendendo ainda que qualquer modelo de mobilização de poupanças deve ter em conta a minimização de custos operacionais.

## **Lista de Gráficos**

**Gráfico 1.** Alocação de Recursos na Despesa do Estado em Percentagem Média, 1975-2000, Pg. 17.

**Gráfico 2.** Evolução do Crédito total à Economia e do crédito Agrícola em Moçambique - 1980 a 1987, Pg 19.

**Gráfico 3.** Evolução do Crédito total a Economia e do crédito Agrícola em Moçambique - 1988 a 1998, Pg. 22.

**Gráfico 4.** Evolução do PIB Global e do Peso do Sector Agrícola no PIB em Moçambique - 1975 a 2000, Pg. 25.

## **Lista de Abreviaturas**

**BD** – Banco de Desenvolvimento

**BIM** – Banco Internacional de Moçambique

**BM** – Banco de Moçambique

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e social

**BPD** – Banco Popular de Desenvolvimento

**BSTM** – Banco Standart Totta de Moçambique

**CCADR** – Caixa de Crédito Agrário para o Desenvolvimento Rural

**CCAM** – Caixa de Crédito Agrícola de Moçambique

**CEMM** – Caixa Económica de Montepio de Moçambique

**FCR** – Fundo de Crédito Rural

**FDHA** – Fundo de Desenvolvimento da Hidráulica Agrícola

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**ICM** – Instituto de Crédito de Moçambique

**IFD's** – Instituições Financeiras para o Desenvolvimento

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**MMI** – Mercado Monetário Inter-Bancário

**OGE** – Orçamento Geral do Estado

**ONG's** – Organizações Não-Governamentais

**PARPA** – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNB** – Produto Nacional bruto

**PRE** – Programa de Reabilitação Económica

**PROAGRI** – Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola

**PVD's** – Países em Vias de Desenvolvimento

**SADB** – South African Development Bank

**SADC** – South African Development Community

## CAPITULO I. 1 INTRODUÇÃO

### 1.1. Apresentação

Em Moçambique, só 20% dos 36 milhões de hectares com aptidão agrícola é que são exploradas por cerca de 2,5 milhões de famílias camponesas. Cerca de 78% da população vive no meio rural e desta, 80% ocupa-se da agricultura contribuindo com apenas 32% do Produto Nacional Bruto (PNB), sendo 90% da produção feita pela família rural (Besley, 1998: 15).

A produção agrária é, fundamentalmente, levada a cabo por dois sectores ou sistemas de produção (I) o sector familiar e (II) o sector empresarial; onde o sector familiar é constituído por cerca de 2,5 milhões de famílias que exploram cerca de 90% da área actualmente cultivada, representando um grande potencial produtor uma vez garantido o acesso a recursos novos para aumentar a sua produção e produtividade enquanto, o sector empresarial é constituído maioritariamente por empresas mistas e privadas relativamente grandes (Gouveia; 1999:13).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento agrário é crucial na redução da pobreza porque (I) as famílias rurais geram cerca de 80% dos seus rendimentos directamente da produção agrícola, e (II) os restantes 20%, provêm de actividades não agrícolas que têm uma forte ligação com a economia agrícola local (Castel-Branco, 1996:31). Isto é, o crescimento agrícola, incluindo o aumento da produtividade e o acesso a tecnologias, é fundamental para a redução da pobreza rural.

Contudo, a promoção do desenvolvimento nesta área requer um investimento forte e coordenado; investimento em capital físico e financeiro, investimento em recursos humanos e materiais que permitam aos agentes económicos intervenientes realizar com eficácia necessária a sua actividade e, o crédito agrícola é uma das formas de disponibilização destes

recursos, porquanto ele permite aos agricultores a aquisição de equipamentos, mão-de-obra, agro-químicos e outros *insumos* necessários à realização da actividade produtiva.

As estratégias, ora em curso, tendem a identificar os problemas inerentes a este sector com destaque para a baixa produtividade, falta de acesso a tecnologias e, particularmente, o acesso ao crédito para a aquisição de *insumos* melhorados, fertilizantes, pesticidas e outros elementos capazes de aumentar a produtividade agrícola e a renda rural.

Deste modo, no que se refere ao crédito rural, têm sido formuladas e implementadas políticas para o sector agrícola mas, as dinâmicas que se verificam estão longe de corresponder às expectativas dos fazedores de política pois, o actual estágio da agricultura nacional ainda esta aquém das reais potencialidades do sector.

## **1.2. Justificativa da escolha do Tema**

Em Moçambique, a vida e a agricultura no meio rural, caracterizam-se pela pobreza camponesa que se circunscreve na inexistência de condições para (I) aceder a bens e serviços conducentes à melhoria da sua produção; (II) garantir a segurança alimentar das populações; e (III) reduzir a contínua e crescente limitação em meios de produção (técnica e tecnologia).

Este quadro está eminentemente ligado, dentre vários factores, às restrições no acesso ao crédito pelas comunidades rurais agrícolas, resultando no desmantelamento das zonas produtoras e substituição da produção nacional por produtos importados bem como na prevalência e confiança em políticas de ajuda alimentar.

O sistema bancário privado é urbano e sente-se satisfeito em dar empréstimos para o consumo, como é o caso de automóveis ou da construção de habitação urbana, não mostrando qualquer interesse no crédito rural destinado à agricultura ou à comercialização agrícola. Só para citar um exemplo, o Banco Internacional de Moçambique (BIM) que

domina o mercado nacional, dá apenas 8% do seu crédito ao sector da agricultura (Mosca, 2001:33).

As taxas de juro também se mantêm muito elevadas como forma do Governo responder às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto à manutenção de índices de inflação baixos e os agricultores e os comerciantes rurais não conseguem fazer lucros com tais taxas de juro pois, embora nominalmente inferiores às da indústria e do comércio acabam por corresponder a uma taxa proporcional efectiva superior, se se tomar em consideração a rotação das vendas na agricultura.

O crédito agrícola constitui, para maior parte dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD's) e para o país, um factor determinante para impulsionar a agricultura e, portanto, políticas flexíveis para o financiamento e suporte ao sector camponês mostram-se pertinentes para a redução dos actuais níveis de pobreza nas zonas rurais.

Neste contexto, constitui finalidade do presente trabalho apresentar os problemas, as implicações e as formas alternativas para o financiamento da actividade agrícola no contexto do desenvolvimento rural em Moçambique com enfoque para a necessidade de criação de um banco de desenvolvimento rural, o desenvolvimento de mercados financeiros rurais e de agro-indústrias.

A importância da pesquisa reside no facto de efectuar um levantamento das falhas na oferta de crédito, particularmente, ao sector agrícola propondo medidas alternativas para minimização da sua escassez.

Espera-se que a pesquisa possa enriquecer o debate académico, auxiliar os formuladores de política, instituições financeiras e associações camponesas na percepção da problemática e busca de alternativas para a questão da escassez de crédito ao sector agrário.

### **1.3. Objectivos da Pesquisa**

Para grande parte dos Países em Vias de Desenvolvimento o crédito agrícola constitui uma alternativa para impulsionar a agricultura dada a escassez de recursos com que os agricultores se deparam.

Contudo, um dos principais constrangimentos é a fraqueza institucional do sistema financeiro nacional pois, apesar da criação de novos bancos a sua cobertura territorial ainda não é satisfatória. A nível nacional a média dos balcões é de um em cada 4.037 Km<sup>2</sup>, sendo a maior cobertura na zona sul do país (Vali, 2006:91).

Aliado a esta fragilidade institucional do sistema financeiro está a tendência dos bancos comerciais de concentrar o crédito em operações com maior rotação de vendas e em clientes de maior prestígio que em virtude da sua situação financeira, e pelo volume de operações que realizam, oferecem menor risco e maior rentabilidade.

Outro factor, prende-se com a ausência da cultura de crédito por parte de alguns cidadãos que requisitam empréstimos para depois não honrarem o compromisso, não devolvendo o dinheiro às instituições que lhes cederam. É neste contexto, que constituem objectivos deste trabalho:

#### **1.3.1. Geral**

- Analisar criticamente as políticas de crédito adoptadas em Moçambique no período pós-independência avaliando o seu impacto no desenvolvimento rural.

#### **1.3.2. Específicos**

- Avaliar as políticas traçadas para o sector agrícola no período de 1975 a 2000;
- Verificar em que medida as políticas de crédito formuladas para o sector agrícola contribuem para o incremento da produção e para a redução dos níveis de pobreza rural em Moçambique; e

- Recomendar medidas alternativas capazes de minimizar os efeitos da ausência ou escassez de crédito para o financiamento do sector agrícola em Moçambique.

#### **1.4. Problema de Pesquisa**

Em diversos países do mundo, particularmente nos PVD's, como é o caso de Moçambique, o desenvolvimento rural é um dos objectivos mais importantes do Estado (Watts, 1991:46).

No entanto, a produção agrária é limitada pelo uso de métodos agrícolas tradicionais, por variedades de baixo rendimento, pela pouca disponibilidade de *insumos* agrícolas, pelos baixos níveis de desenvolvimento de irrigação e de drenagem, pela fragilidade das instituições de investigação agrária e, particularmente, pela ineficiência dos sistemas de crédito para o sector.

Assim, o Governo tem levado a cabo uma série de medidas estratégicas com vista a atingir os objectivos traçados para o sector e, neste âmbito, surgem algumas questões em torno das políticas adoptadas: Que medidas alternativas podem ser consideradas para minimizar os efeitos da escassez de crédito para o sector agrícola?

Dar resposta a questão acima levantada, constitui o fim último do presente trabalho.

#### **1.5. Hipóteses**

O trabalho argumenta que existem grandes oportunidades de crescimento dentro do sector agrícola, através de políticas que influenciem directamente o sector rural e, como ponto de partida são formuladas as seguintes hipóteses:

- a minimização da escassez de financiamento ao sector agrícola passa pela adopção de uma estratégia baseada na criação, fortalecimento e expansão de Bancos de

Desenvolvimento, criação de mercados financeiros rurais e o desenvolvimento de agro-indústrias no país.

- o crédito subsidiado e o subsídio às importações de *insumos* de produção podem reduzir os efeitos da escassez do crédito agrícola, promover o crescimento agrícola e nalguns casos cobrir os riscos de produção.

## 1.6. Metodologia

Os métodos utilizados consistiram fundamentalmente na pesquisa bibliográfica e documental. Recorreu-se à colecta de informações relacionadas com o tema em diversas referências bibliográficas por forma a obter os pressupostos, premissas e hipóteses do trabalho bem como familiarizar-se com a área de estudo.

Foram também realizadas visitas a *sites* da *Internet* e à recolha de diferentes informações numéricas relativas ao crédito total concedido a economia, ao crédito agrícola, à produção agrícola e ao PIB a partir de dados disponíveis na Penn World Table 6.1<sup>1</sup>, nos Relatórios Estatísticos do Banco de Moçambique e do Instituto Nacional de estatística por forma a efectuar a validação da problemática em estudo.

Foi também utilizado o método comparativo, por forma a efectuar a confrontação dos diferentes aspectos que caracterizam o financiamento da actividade agrícola em Moçambique relativamente aos outros países a nível regional e internacional.

A análise abrange o período após a independência (1975 a 2000) com particular realce aos diferentes sub-períodos de reformas ou mudanças económicas efectuadas em Moçambique, nomeadamente a transição do sistema de economia centralmente planificada para a economia de mercado.

---

<sup>1</sup> Base de dados da Universidade de Pensilvania, Estados Unidos da America, contendo indicadores diversos para todos os países do mundo.

## 1.7. Estrutura do Trabalho

Para avaliar esta problemática, o trabalho está dividido em quatro capítulos, incluindo esta introdução.

O capítulo dois, introduz alguns conceitos e definições chaves utilizados para a compreensão do tema efectuando um enquadramento do tema no contexto moçambicano, a caracterização da produção agrícola e do sector rural em Moçambique bem como a evolução do crédito agrícola.

O capítulo três, efectua a apresentação de modelos alternativos de intervenção no âmbito do financiamento da actividade agrícola, nomeadamente: (I) a hipótese de um BD; (II) a abordagem sobre micro-finanças; e (III) a hipótese das agro-indústrias.

O quarto e último capítulo apresenta as conclusões, as recomendações, a lista da bibliografia consultada e os anexos.

## CAPÍTULO II. 2 MARCO TEÓRICO

Para uma melhor compreensão sobre o tema, nesta secção são apresentadas algumas percepções teóricas sobre o crédito, em geral, o crédito à agricultura bem como algumas variantes do desenvolvimento rural.

### 2.1. Conceito de Crédito

No sentido inicial a palavra crédito tem a sua origem na palavra latina *creditum*, do verbo *credere* que quer dizer *crer*, ou *ter confiança*. Actualmente, o termo é utilizado para designar o empréstimo que uma entidade financeira aceita conceder a um cliente em quem tem confiança (Matsule, 1987:77).

Em termos económicos, o crédito é uma relação de troca prolongada no tempo, ou seja, não existe simultaneidade entre a prestação e a contraprestação. Na estrutura económica actual, existem agentes económicos superavitários, cujos rendimentos são superiores às despesas e agentes económicos deficitários que, inversamente, necessitam de fundos. Se é um banco a realizar a intermediação entre estes agentes, ou seja, a disponibilizar os fundos dos agentes superavitários para os deficitários, seja para consumo ou para investimento, estamos no âmbito do crédito bancário.

No conceito de crédito bancário são identificáveis quatro elementos definidores (Von Pischke, 1991:33):

- O Juro – remuneração dos recursos emprestados. Entre outros factores, a taxa de juro é função do custo de recursos para a instituição financeira. No caso dos bancos, depende da taxa a que remunera os seus depósitos, dos juros que têm que pagar quando pedem empréstimos a outras instituições, nomeadamente no Mercado Monetário Internacional (MMI) e do custo de capitais próprios.
- O Montante – o montante de crédito a conceder tem em conta as necessidades efectivas do cliente.

- O Prazo – período de tempo que vai desde o desembolso dos fundos por parte da instituição financeira até ao fim do reembolso pelo cliente.
- As Garantias – associado ao crédito está normalmente a negociação de garantias pessoais ou reais.

### 2.1.1. Conceito de Crédito Agrícola

O **crédito agrícola** é, geralmente, definido como a utilização de recursos de terceiros para fins agrícolas e constituem manifestações normais de crédito a necessidade e a solicitação de capitais imobiliários<sup>2</sup> e o crédito de exploração<sup>3</sup> ( Matsule, 1987: 22).

As principais diferenças entre o crédito agrícola e outros tipos de crédito estão na sua particularidade em relação ao risco e ao período da sua duração. É um crédito que pelas suas características, ao invés de visar altos juros, deve ser acessível e corresponder ao grau de rentabilidade da actividade agrícola ou seja, o seu concessor deve ser criterioso consoante os resultados incertos da agricultura (Mosca, 2001: 25).

Como instituição oficial, o crédito agrícola é de origem recente, datando no limiar do nosso século, mas como prática vem desde a segunda metade do século do século XVII. Começou em alguns países da Europa e muito rapidamente espalhou-se por todos os países da Europa Ocidental. Inicialmente era praticado por instituições humanitárias não governamentais e destinado às camadas mais pobres da população rural e, só mais tarde passou a ser assegurado por instituições especializadas<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Compreendidos como créditos para adquirir e melhorar propriedades agrícolas.

<sup>3</sup> Capital líquido necessário para levar em diante a exploração até a colheita. Trata-se do tipo clássico de necessidades relacionadas com o ciclo produtivo: adiantamento para despesas, colheitas e vendas.

<sup>4</sup> [http://www.tipmoz.com/upload/tipcat\\_files/The Second Coming of Agricultural Credit](http://www.tipmoz.com/upload/tipcat_files/The%20Second%20Coming%20of%20Agricultural%20Credit), 20 de Março de 2007.

Devido a escassez de recursos, para grande parte dos PVD's, o crédito agrícola constitui uma alternativa para impulsionar a agricultura. Enquanto que nos países desenvolvidos a questão do crédito à agricultura não é preocupante porque o mercado é suficientemente forte e assegura a necessária mobilização e alocação de recursos, nos PVD's a situação do crédito agrícola tem constituído preocupação muito grande dado que o sistema financeiro é, ainda, muito fraco com a rede bancária e outras instituições a cobrir apenas e sobretudo as cidades.

Particularmente em África, o agricultor é pobre, incapaz de constituir garantias; os bancos comerciais enfrentam muitos constrangimentos para lidar com agricultores operando em ciclos agrícolas longos e por se tratar, em muitos casos, de agricultura de sequeiro com uma distribuição irregular e dispersa ao longo do território o que eleva o risco e os custos de transacções financeiras.

Nisto, está claro que os governos precisam definir estratégias, não simples políticas em abstracto, nem programas indicativos sem nenhuma premissa de acção. Segundo Matsule (1987:60), a experiência demonstra que esta tarefa é muito difícil pois, é necessário conhecer profundamente as pessoas visadas e constituir um processo selectivo de modo que os recursos disponibilizados não sejam desperdiçados. Assim, o objectivo principal tem de ser de:

- Fomentar o melhor apetrechamento em utensílios de trabalho aos agricultores;
- Ajudar os agricultores na criação de unidades complementares à actividade agrícola (armazéns e oficinas de lavoura);
- Ajudar na produção, transformação, conservação e melhoramento dos produtos agrícolas.

Daí que o crédito agrícola deve proporcionar no fim de cada período um acréscimo líquido na produção dos camponeses, dos seus rendimentos ou dos seus bens. Tem que, sobretudo, ser um crédito dinâmico, capaz de assegurar no fim da sua liquidação, uma melhoria quer da produção, quer do rendimento, quer dos bens e da agricultura em geral.

Todavia, o crédito não será dinâmico se as instituições de crédito se limitarem a operações absolutamente seguras ou exigirem uma grande margem de bens reais como título de garantia.

Para que o crédito contribua efectivamente para elevar a produção e melhorar o sector rural, é preciso que se tome como critério essencial a capacidade de reembolso que supõe a aptidão de conservar os bens, manter e melhorar a produção para pagar o compromisso dos empréstimos sem que daí resulte uma baixa no nível de vida (Ledgewood, 1998:41).

É necessário compreender que o sector agrícola tem de ter instituições de crédito especiais que se destinam à sua concessão, guiadas por moldes diversos dos que estão estabelecidos para as instituições bancárias comerciais.

### **2.1.2. Importância do Crédito para o Sector Agrícola**

Segundo Matsule (1987:121) a falta de acesso aos recursos financeiro, ou seja, ao crédito, é um dos pilares constrangedores para o desenvolvimento do sector agrário de quase todos os PVD's e de Moçambique, em particular. Contudo, é importante referir que quando não há equilíbrio entre os fluxos monetários entrados e as saídas, as explorações agrícolas, como qualquer outra, entram num ciclo vicioso a que alguns autores chamam "ciclo da fome ou da miséria".

O crédito agrícola, ainda que constitua um importante factor para o desenvolvimento da economia rural e para o sector agrícola, em particular, é evidente que isoladamente não pode romper com o "ciclo da fome ou da miséria".

Para os PVD's, pode-se admitir que mesmo a expansão industrial depende em grande medida do desenvolvimento da agricultura pois permite a indústria dispor de matéria prima e outros factores de produção.

A falta de crédito limita o acesso aos recursos financeiros necessários para a compra de bens de capital, compra de fertilizantes e outros *insumos* necessários para o aumento da produtividade no sector dado que, o uso de *insumos* melhorados e a utilização de tecnologias melhoradas requerem a devida aquisição que só é possível com base nos recursos financeiros (Besley, 1998:132).

É assim que o sector agrícola, necessita de instituições especiais de crédito, guiadas por moldes diferentes dos que estão estabelecidos para outras instituições bancárias atendendo que a produção agrícola nos PVD's não só contribui para produção de alimentos como também tem sido o meio de acelerar o crescimento económico através da exportação dos excedentes, facultando aos países moeda estrangeira.

## 2.2. Conceito de Desenvolvimento Rural

O **Desenvolvimento Rural** é um processo de transformação e criação de capacidades e condições de vida e de trabalho, que abrange todos os aspectos essenciais da vida rural: a produção, o consumo, a poupança e sua mobilização, a taxa de alocação e de eficiência do investimento, a apropriação, comercialização e o uso do excedente, a qualidade dos agentes económicos e sociais e as relações de poder entre eles, bem como a qualidade de vida, o desenvolvimento tecnológico, entre outros (Castel-Branco, 1996:6).

Segundo o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA, 2005-2009), o desenvolvimento rural pretende assegurar o envolvimento activo e directo das famílias rurais pobres no crescimento rápido da economia moçambicana e garantir que a economia agrária contribua directamente para a redução da pobreza em Moçambique<sup>5</sup>.

O desenvolvimento rural ocupa um lugar de destaque nas agendas sobre o desenvolvimento económico e social do país, pois até 2003, mais de 70% da população Moçambicana era,

---

<sup>5</sup> O desenvolvimento económico e social das áreas rurais não é, necessariamente, sinónimo de desenvolvimento agrícola. O padrão de vida da família rural depende da complexa relação entre a produção familiar e trabalho assalariado, agrícola e não-agrícola (Castel-Branco, 1996:13).

ainda, rural. Nessas regiões, a pobreza está de alguma forma associada ao fraco desenvolvimento da agricultura, infra-estruturas rurais e mercados. Contudo, persiste uma fraca disponibilidade de instituições financeiras capazes de financiar a actividade agrícola.

O desenvolvimento rural, traduzido pela transformação social e económica e consequente elevação do bem-estar nas zonas rurais, é o esteio fundamental do desenvolvimento social e económico global do país e “a transformação social e económica requerida para o desenvolvimento rural depende criticamente da inovação bem como da elevação significativa da produtividade global e, em particular, da agricultura” (Plano Quinquenal do Governo, 2005-2009).

### **2.2.1. Porque Equacionar o Problema de Desenvolvimento Rural?**

Segundo Castel-Branco (1996:13), existem pelo menos três razões principais que justificam a necessidade de priorizar o processo de desenvolvimento rural, particularmente no quadro do desenvolvimento da economia nacional, a saber:

- (I) a maior parte da população vive no campo;
- (II) a acumulação e a rentabilidade da economia nacional têm bases no campo e é sustentada pelo campesinato; e
- (III) a equidade, uma das condições centrais para o desenvolvimento sustentável e rápido, requer o desenvolvimento rural.

Isto significa que, em primeiro lugar, nas zonas rurais, trabalham e vivem a maioria dos agentes económicos do país, localizam-se os principais potenciais mercados e forças produtivas nacionais, localiza-se a maior parte da procura de bens de consumo e de investimento. Além disso, mais de dois terços da população pobre vive no campo, onde também mais se faz sentir a falta de infra estruturas económicas com qualidade requerida para a satisfação mínima das necessidades de desenvolvimento económico e social.

Em segundo lugar, histórica e estruturalmente a base de sustentação e de acumulação de capital de toda a economia de Moçambique reside nas zonas rurais.

Por um lado, foi do campo e, principalmente, do campesinato pobre e médio que provinham cerca de 75% das exportações nacionais, os alimentos a baixo custo para manter a força de trabalho barata e os excedentes da força de trabalho não qualificada para todos os sectores da actividade económica.

Por outro lado, a principal acumulação económica foi feita com base nos monopólios e oligopólios que controlavam a produção, comercialização, transporte, transformação e exportação de excedentes agrícolas bem como do crédito aos diferentes intervenientes nessa actividade económica.

Em terceiro lugar, crescimento económico sustentável e com equidade requer, e deve promover, maior equidade e igualdade na distribuição do rendimento nacional, que incentive e mobilize o envolvimento económico activo da grande maioria da população. Este objectivo/condição só poderá ser atingido se o desenvolvimento rural receber a necessária prioridade e o devido equacionamento.

### **3. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE**

#### **3.1. Antecedentes**

Segundo Abrahamson & Nilson (1997:87), no contexto da economia colonial, o sector agrícola era caracterizado por um dualismo de estruturas que compreendiam:

- uma mão-de-obra assalariada usando técnicas relativamente avançadas de cultivo e dedicando-se a produção mercantil; e
- uma mão-de-obra familiar usando técnicas de cultivo atrasadas produzindo para o auto-consumo.

O isolamento entre os camponeses e trabalhadores assalariados, não tornou possível o surgimento de operários agrícolas. O desigual e baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, aliado às técnicas extraordinariamente atrasadas de cultivo e sacha, não podia permitir que a independência nacional, de *per si*, transformasse a estrutura económica rumo ao desenvolvimento da economia nacional.

A estratégia da economia rural colonial assentava-se na exploração do sector familiar camponês que ao mesmo tempo que fornecia mão-de-obra, alimentos e matéria-prima baratos, produzia também para a sua subsistência. Precisamente para evitar o aparecimento de camponeses sem terra e/ou de operários completamente dependentes do patronato para a sua sobrevivência, o sistema colonial mantinha a “posse” da terra com os camponeses garantindo a participação do campesinato na economia colonial, por um lado como força de trabalho assalariada e, por outro lado, como produtor de excedentes, ou seja de matérias – primas (Castel-Branco, 1994:73).

No período de transição do pós-independência, o processo de desintegração da base económica da burguesia colonial foi caracterizado pelo abandono das propriedades pelos colonos, para além da destruição de equipamentos. Até a rede de comercialização foi afectada pois, esta era quase que exclusivamente controlada pela burguesia colonial e, como consequência, assistiu-se a uma baixa na produção e colheita de produtos agro-pecuários que aliado à baixa de produção de camponeses provocou uma queda acentuada da comercialização de excedentes mercantis, afectando o mercado interno de exportações.

Com a realização do III Congresso da Frelimo, em 1977, a socialização ou colectivização do campo constituía a espinha dorsal do desenvolvimento do país pois, permitiria a criação de um forte sector estatal agrário e a transformação da agricultura familiar através de um dinâmico movimento cooperativo e, sendo o sector estatal dominante, os objectivos do seu fortalecimento eram de contribuir para o cumprimento das metas dos planos anuais através da dinamização e desenvolvimento das forças produtivas no campo (Abrahamson & Nilson, 1997:521).

A partir de 1987, com a introdução do PRE, o objectivo era liberalizar a economia e sucessivamente deixá-la orientar-se para o mercado. Para que isso acontecesse, era imprescindível que medidas políticas a nível financeiro, monetário e comercial fossem tomadas. Deviam ser depositados mais esforços na agricultura privada de pequena escala.

Portanto, em todos os períodos, denota-se uma preocupação constante para a criação de políticas cuja implementação constituísse um elemento dinamizador para o desempenho do sector agrícola.

### **3.2. Necessidade de priorização do sector agrário na alocação orçamental**

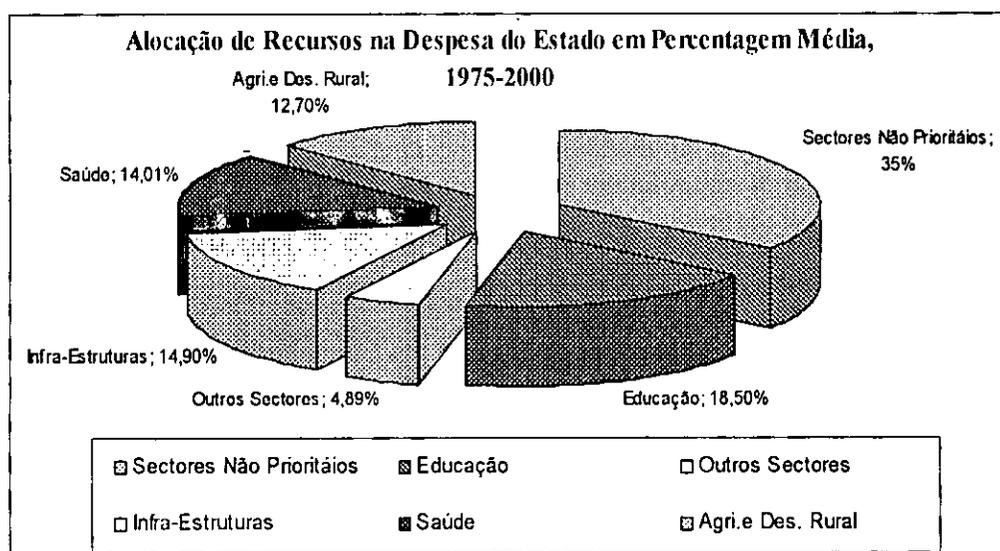
Apesar da sua baixa produtividade, a agricultura é fundamental para o desenvolvimento rural e nacional. A importância da agricultura no desenvolvimento económico nos países em desenvolvimento é sublinhada por muitos autores como por exemplo, Delgado (1998:88), por várias razões:

- a agricultura beneficia directamente a maior parte da população;
- mais de 70% das despesas dos pobres são relacionadas com a alimentação. O aumento da produtividade agrícola reduz o custo real dos alimentos e por isso aumenta o rendimento da população em geral;
- o aumento do rendimento obtido através da redução do custo dos alimentos aumenta a competitividade da economia no mercado internacional porque não deriva do aumento do nível dos salários;
- o aumento dos rendimentos da agricultura tem factores multiplicativos relativamente

altos em diversas actividades económicas e sociais<sup>6</sup>; e

- a agricultura é mais eficiente do que outros sectores em gerar valor acrescentado sob condições de escassez de capital.

A importância da agricultura, justifica a necessidade de maior apoio do Governo de modo a tornar o sector competitivo. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), particularmente no período de 1998 a 2000, dos sectores considerados prioritários na despesa do Governo beneficiaram de maior atribuição a educação, seguida pelas infra-estruturas e pela saúde enquanto a agricultura e desenvolvimento rural encontraram-se em quarto lugar, seguidos pela rubrica “ outros sectores” que inclui a acção social, o trabalho e emprego, recursos minerais e energia (Gráfico 1).



**Gráfico 1.** Fonte: Adaptado dos Anuários Estatísticos do Banco de Moçambique, (1975 a 2000)

<sup>6</sup> Para o caso de Moçambique, a agricultura tem um efeito multiplicador de 2,75 para as diversas actividades enquanto a indústria tem 1,81; em relação às mercadorias a agricultura apresenta 3,14 enquanto a indústria apresenta 2,47; para os factores a agricultura tem como multiplicador 1,72 e a indústria 1,01; para as empresas a agricultura apresenta 0,58 e a indústria 0,46; e para as famílias a agricultura apresenta um multiplicador de 1,67 e a indústria 0,97 (Tschirley, D. L.; Benfica, R. 2001).

A interligação entre os sectores é muito grande, mas aquele que beneficia directamente a agricultura é o sector de infra-estruturas que inclui estradas, águas e obras públicas. O capítulo seguinte, descreve as tendências do crédito ao sector agrícola no período em análise.

#### **4. EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE**

Em Moçambique o crédito agrícola foi institucionalizado em 1929 através do Diploma Legislativo 79 de 21 de Julho e materializado em 1973 com a criação da CCAM, pelo Diploma Legislativo 561 de 1 de Setembro. A sua função inicial era apoiar aos agricultores vindos de Portugal e, paralelamente, incentivar a vinda de mais colonos para Moçambique.

Para o financiamento da agricultura tradicional foi posteriormente criado o FCR (Decreto 4633 de 28 de Maio de 1945).

Porém, as políticas do período pós-independência não puderam emprestar a este sector uma auto-sustentabilidade que assegurasse alguma estabilidade para o sistema agrícola nacional. O sector agrícola familiar subsistiu num ambiente pouco favorável de pobreza das zonas rurais continuando na mesma base tecnológica, o fomento de culturas de rendimento em conflito com as culturas alimentares (Abrahamson & Nilson, 1997, 68).

##### **4.1. Período de Economia Centralmente Planificada**

Após a independência nacional, verificou-se uma queda do financiamento solicitado, pelo facto de a maior parte dos empresários beneficiários do crédito terem abandonado o país. O III congresso da Frelimo, em 1977, definiu através das suas directivas económicas e sociais novas orientações para o sector priorizando o crédito ao sector estatal da economia, com maior destaque para o sector familiar, cooperativo e privado (Castel-Branco, 1994: 59). Assim, foram imediatamente extintos o Instituto de Credito de Moçambique (ICM) e a Caixa Económica de Montepio de Moçambique (CEMM) e, os seus bens integrados no Banco popular de Desenvolvimento (BPD).

A iniciativa privada e, particularmente, a de pequenos agricultores foram relegadas para o segundo plano o que desmotivou o sector e nalguns casos levou-os à falência. Isto é, as estratégias adoptadas na altura pelo sistema de economia centralmente planificada não priorizavam o financiamento ao sector privado da economia pois, a alocação de recursos priorizava a criação de grandes empresas estatais agrícolas em detrimento do apoio às unidades de produção de pequena dimensão, constituídas principalmente de pequenos agricultores que representavam um número considerável de intervenientes no sector, sem os quais era, praticamente, impossível para um país como Moçambique, essencialmente agrícola atingir altas taxas de expansão económica.

O gráfico 2 ilustra a tendência decrescente da proporção do crédito ao sector agrícola em relação ao crédito total concedido à economia, particularmente a partir do ano de 1985.

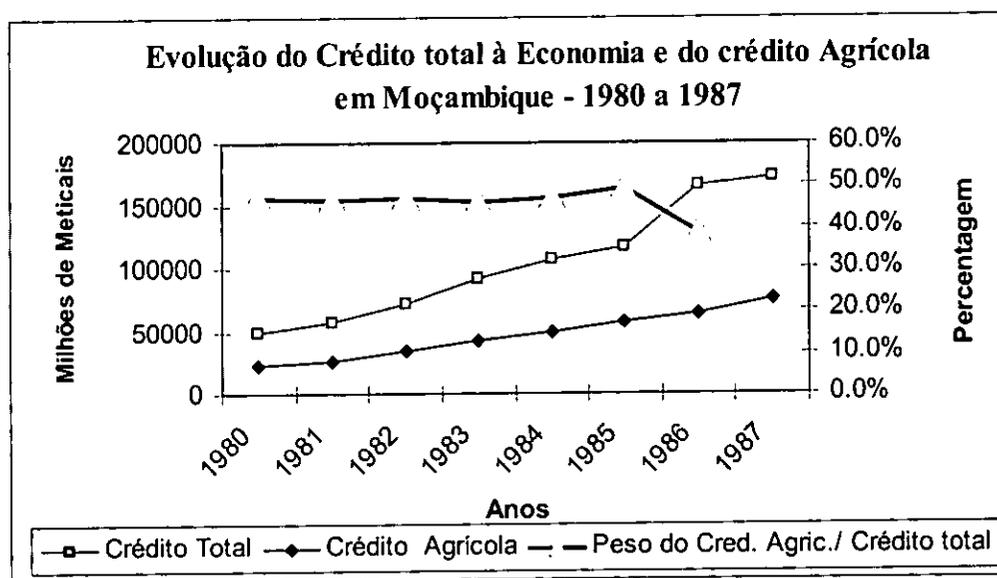


Gráfico 2. Fonte: Banco de Moçambique, Anuários Estatísticos (INE)

Neste período, o Banco de Moçambique (BM) na sua função comercial era o maior banco do país, apoiando fundamentalmente a agricultura empresarial de exportação, a indústria, os transportes e o comércio enquanto o BPD actuando, maioritariamente na área agrícola, assumia também o papel de banco de poupança devido à sua grande cobertura territorial. O

Banco Standart Totta de Mocambique (BSTM), actuava apenas na área do comércio ao nível do sector privado (Gouveia, 1999:201).

O reduzido peso do crédito à agricultura, ao longo deste período, resultou do pagamento de défices acumulados até 1986, do sector empresarial do Estado e também pelo facto da banca ter passado a financiar o sector agrário até ao montante das receitas previstas com a venda da produção.

#### **4.2. Período de Economia de Mercado**

Para atender à demanda do crédito no sector agrícola, o Governo criou em 1988, a CCADR, operando dentro da estrutura do BPD e alimentada fundamentalmente com fundos colocados a sua disposição pelo Estado resultante de contravalores de donativos externos.

O Decreto nº 25/87 do Conselho de Ministros que cria a Caixa de Credito Agrícola para o Desenvolvimento Rural (CCADR), define o crédito agrícola como “instrumento importante no processo de promoção de produtividade e elevação do nível de vida rural” e reconhece que nas actuais condições do país, as taxas de juro nas operações de crédito normais, entravam o desenvolvimento necessário à formulação de novas iniciativas para a área agrícolas.

Foi nesta óptica que foi atribuída a CCADR o papel de criar formulas diferentes que permitissem a prática de condições preferenciais de juro a prazo tendo como objectivos específicos:

- promover o investimento no campo incluindo a criação de infra-estruturas básicas de regadio, de armazenagem, desobstrução e nívelamento de terra;
- conceder créditos para incentivar a introdução de métodos racionais de produção através de novos meios tecnológicos, visando aumentar a produtividade e melhorar o padrão de vida da população rural;

- conceder créditos para incentivar a introdução e desenvolvimento de meios de transporte rural para a comercialização de produtos agro-pecuários; e
- subsidiar ou bonificar as taxas de juro concedidas pelo BM ou BPD ao sector primário.

Os maiores beneficiários da CCADR eram as cooperativas de produção agrícola ou pecuária, os camponeses organizados em moldes colectivos ou individuais, pessoas de direito público ou privado que directa ou indirectamente desenvolviam actividades nas zonas rurais.

As condições gerais para a obtenção do crédito eram: (I) a apresentação de um projecto/programa viável em termos económicos e financeiros; (II) estar devidamente autorizado pelo órgão de tutela competente a desenvolver a respectiva actividade; (III) possuir um controle financeiro de acordo com a sua dimensão; (IV) participar com meios próprios com o mínimo de 1% do valor do financiamento pedido; (V) oferecer garantias reais ou fiança sendo suficiente a hipoteca ou bens adquiridos e (VI) apresentar o pedido de crédito (Gouveia, 1999:77).

A taxa de juro de crédito era de 6% ao ano para os créditos em geral, e 3% para o Fundo de Desenvolvimento da Hidráulica Agrícola (FDHA) e para a produção estatal de sementes. Em caso de incumprimento dos prazos de reembolso a taxa de juro era agravada em 2% ao ano. Não eram cobradas quaisquer comissões pela concessão de crédito (Ibidem).

Neste contexto, e na sequência da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), o Governo liberalizou a economia, aumentando o peso relativo do sector privado. Os pequenos agricultores encontraram um lugar privilegiado e passaram a desempenhar um papel importantíssimo para o desenvolvimento do país, elevando deste modo o numero de intervenientes na produção agrícola.

Contudo, tal como os fundos de fomento, o grande problema da CCADR, que não recebia depósitos, residiu na carência de receitas para novos créditos uma vez que a aplicação dos seus recursos era maioritariamente de médio e longo prazo, portanto, de retorno lento.

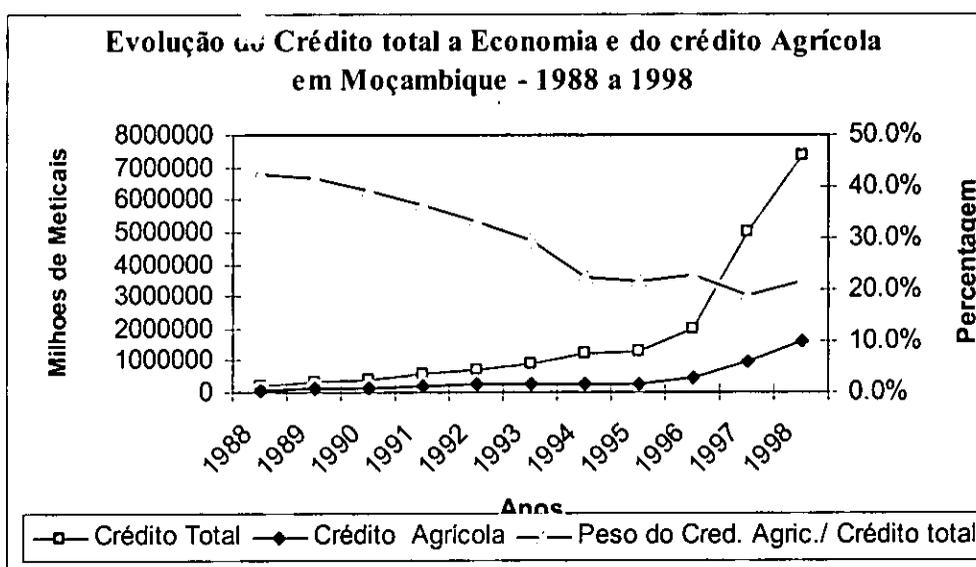


Gráfico 3. Fonte: Banco de Moçambique, Anuários Estatísticos (INE)

Conforme se pode deprender pelo gráfico 3, ao longo deste período, assiste-se a um contínuo decréscimo da proporção do crédito à agricultura em relação ao volume total de crédito líquido à economia. A causa fundamental desta tendência é explicada pelo saneamento da carteira dos empréstimos em particular do sector empresarial do Estado (dívidas parcialmente assumidas pelo Orçamento Geral do Estado\_OGE) e pelo facto do Estado, a partir de 1987, ter passado a pagar os défices de exploração anual das empresas com viabilidade económica mas sem viabilidade financeira, por razões conjunturais (Gouveia, 1999:8).

Nos finais da década de 1990, a agricultura continuou a ser definida como a base para o desenvolvimento económico do país. Contudo, depois da guerra as actividades nas zonas rurais eram maioritariamente dinamizadas por projectos de instituições internacionais em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG's) mas, tais acções não respondiam de forma coordenada a um programa nacional.

É neste contexto, que surgiu o Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola (PROAGRI) como uma resposta à necessidade de estruturar as acções de investimento do sector público agrário com objectivos definidos, em alternativa a projectos descoordenados, e

à necessidade de emprestar uma maior eficiência e sustentabilidade na utilização dos escassos recursos disponíveis.

A baixa rentabilidade da produção familiar, que por sua vez deriva de vários factores como a baixa produtividade, a imperfeição do mercado e os baixos preços dos produtos agrícolas nos poucos mercados existentes, para além de factores estruturais como altos custos de transacção resultantes de fracas infra-estruturas rurais, inexistência e/ou alto custo do crédito agrícola e outros, estão na origem da situação de pobreza dos agricultores e da pobreza rural no geral.

## **5. CRÉDITO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Por volta dos anos 1980, houve um desenvolvimento considerável de projectos de assistência ao crédito ao sector agrícola nos países em vias de desenvolvimento, e em Moçambique, em particular.

A falta de crédito e de serviços de seguro para a produção agrária mantêm um nível de risco muito elevado na cadeia de produção alimentar, fazendo com que escasseie, cada vez mais, o crédito para a agricultura. Os sucessivos declínios no nível de produção, aparecem associados ao declínio do crédito concedido ao sector agrícola. A título ilustrativo, apenas 8.0% de todo o concedido crédito à economia pelas instituições financeiras em 2000, foi canalizado para o sector da agricultura (INE, 2004).

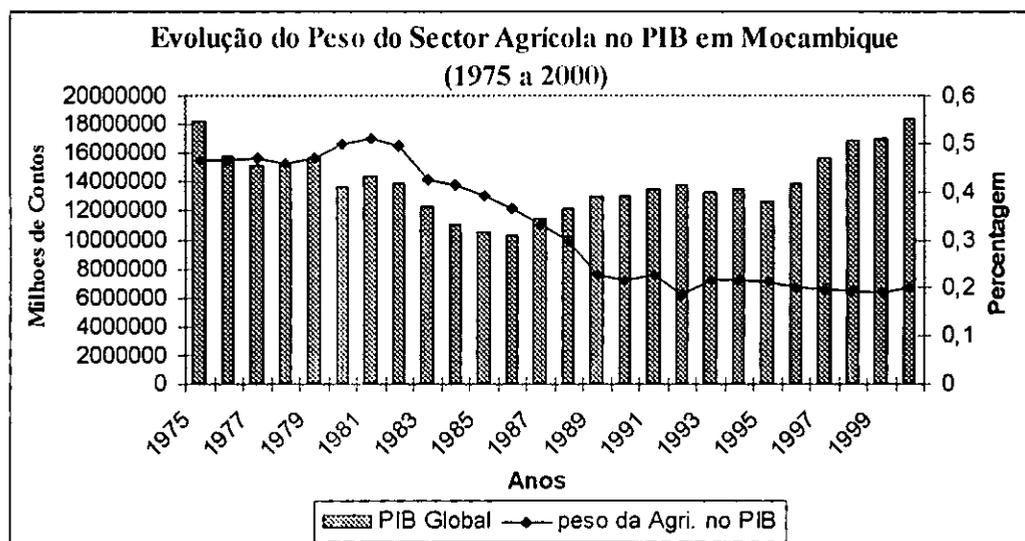
Paralelamente, a proporção da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB), Gráfico 4, decresceu cerca de 13% entre 1996 a 2000, podendo-se salientar como principais factores:

- a queda dos preços reais de produtos agrários de exportação e deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas;

- prevalência de métodos rudimentares na produção e limitada utilização de tecnologias agrícolas e mecanização da produção que resultam da fraca expressão da agricultura comercial;
- altos preços de *insumos* importados pelo país e a falta de investimentos na agricultura e consequente declínio dos rendimentos por hectare;
- o aumento das actividades nos sectores de construção e serviços que reduziram o peso específico da agricultura na estrutura do valor do PIB; e
- o estado precário da rede de comercialização que impede que os preços ao produtor sejam com eficácia um incentivo à produção.

O baixo nível de formação dos agentes intervenientes no processo produtivo torna ainda mais difícil a optimização dos processos de produção tal que, aliados à fragilidade e alta de preços dos insumos, alguns produtos agrários importados chegaram a ser mais competitivos do que os produzidos no país, complicando assim a viabilidade da agricultura.

A título de exemplo, no ano de 1999, Moçambique despendeu 68 milhões USD na importação de cereais, 6 milhões USD na compra de algodão para o fabrico de têxteis, 2.8 milhões na importação de leite, lacticínios e ovos e 2.7 milhões USD na compra de hortícolas e tubérculos comestíveis (INE, 2000).



**Gráfico 4.** Fonte: Banco de Moçambique, Anuários Estatísticos - INE, PWT 6.1.

Conforme se pode deprender pelo gráfico acima, o contínuo decréscimo do crédito concedido ao sector agrícola impõe sérios constrangimentos à produção agrária. Desde 1983, o peso da agricultura no PIB, decresceu significativamente, mantendo-se relativamente estancado de 1993 a 2000. Actualmente, embora se verifique um aumento da procura de crédito, este nem sempre está disponível e quando aparece o seu custo tem sido tão alto de tal forma que não facilita o acesso dos agricultores, agravado pelas complexidades das condições de elegibilidade dos créditos e da burocracia típica do país.

Os agricultores, na maioria, embora activos, são economicamente pobres e necessitam de crédito mesmo num montante baixo para financiar as suas actividades. Porém, nada têm para colocar diante das instituições financeiras como garantia para a concessão de crédito (Negrão, 2000:98).

Os bancos comerciais, geralmente, não aceitam dar crédito aos pobres (maioria nas zonas rurais) tendo por colateral a terra. Tal facto, deve-se à simples razão de que os custos administrativos em caso de mau pagamento seriam tão elevados que não justificariam o risco.

Acontece porém que cada vez mais, as unidades produtivas domésticas não só demonstram maior eficiência económica que das grandes extensões agrárias, como tendem para a sua transformação em empresas familiares.

## CAPÍTULO III. 6 SISTEMAS ALTERNATIVOS DE CRÉDITO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O crédito, especialmente para o fornecimento de *insumos*, é fundamental para que os produtores familiares possam participar nos processos que adicionam valor ao nível rural - condição necessária para um crescimento sustentável dos rendimentos e redução da pobreza rural.

No entanto, falhas dos mercados de *insumos* e de crédito em zonas rurais (devido a factores como fraqueza institucional, especialmente dos sistemas legais e de regulamentação, problemas de informação e falta de capital social) levam a que o crédito para ser disponibilizado, requeira geralmente o uso de transacções<sup>7</sup>.

A seguir, são apresentados alguns sistemas alternativos para o financiamento do sector agrícola em Moçambique.

### 6.1. Banco de Desenvolvimento<sup>8</sup>

O apoio ao empreendimento depende de uma série de instituições e da existência de uma economia rural que possa sustentar a dívida. E, um Banco de Desenvolvimento (BD), pelo facto de perseguir objectivos especiais relacionados com a promoção do desenvolvimento revela-se como detentor de características especiais na dinamização da economia rural em Moçambique.

A estratégia de actuação de um BD é definida pelo estabelecimento de suas políticas funcionais interdependentes, ressaltando-se, pela sua importância, três delas, nomeadamente (Cohen, 1977:88):

---

<sup>7</sup> [http://www.tipmoz.com/page.php/Bancos de Desenvolvimento em Moçambique](http://www.tipmoz.com/page.php/Bancos_de_Developimento_em_Mozambique), 16 de Abril de 2007.

<sup>8</sup> Referência a todas as instituições depositárias que, no âmbito da sua função e objectivos, financiam, normalmente a uma taxa de juros inferior à do mercado, projectos cuja finalidade é promover o desenvolvimento económico de uma determinada região ou País (Cohen, 1977:62).

- a **Política de Crédito ou de Aplicação**, que estabelece os princípios a serem utilizados nas operações de crédito, ou operações activas;
- a **Política Financeira ou de Captação**, que é consequência das operações passivas, ou seja, aquelas decorrentes das oportunidades de acesso, dos volumes e dos custos de captação dos recursos que constituem as fontes do banco;
- as **Políticas Operacionais**, que devem viabilizar o equilíbrio entre os pontos de captação e aplicação, através da definição de produtos e de canais de distribuição adequados.

Contrariamente, a definição das políticas funcionais de uma instituição financeira privada é relativamente simplificada pois decorre de uma missão claramente estabelecida a partir da relação risco-retorno que satisfaça a propensão ou tolerância ao risco de seus proprietários. Essa relação, torna-se complexa quando aplicada a um Banco de Desenvolvimento pois a busca dessa relação risco-retorno está fortemente subordinada ao alcance de uma missão bem mais complexa: financiar o desenvolvimento sócio-económico do país.

Naturalmente que os bancos de desenvolvimento não devem ser constituídos para competir com bancos privados. O seu papel primordial é o de alavancar o conjunto da economia nacional e, nesse contexto, complementar a acção dos bancos comerciais, com o objectivo de (I) financiar o desenvolvimento de infra-estruturas físicas e empresariais; (II) contribuir para superar os possíveis constrangimentos existentes no financiamento ao desenvolvimento; e (III) promover as relações intra e intersectoriais para tornar as empresas mais competitivas.

### **6.1.2. Experiência nos Países em Vias de Desenvolvimento**

Os doadores e o Banco Mundial, em particular, promoveram bancos especializados na década de 60 e de 70. A maior parte destes bancos quer se dedicassem ao desenvolvimento industrial, quer ao agrícola, enfrentaram sérias dificuldades e muitos fracassaram por falta de sustentabilidade financeira. Alguns, incluindo os do sector público, tornaram-se bancos

comerciais de grande dimensão e de sucesso – perdendo o seu enfoque social e sua especialização inicial em financiamento de projectos de desenvolvimento<sup>9</sup>.

Porém, na última década, o interesse pelos bancos de desenvolvimento ressurgiu, muitas vezes com capitais privados e com enfoque no micro-crédito.

Segundo Hayami e Ruttan (1985:101), a experiência do Banco Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), do Brasil, parece na generalidade positiva com um nível relativamente baixo de créditos não pagos, depois de uma década de existência, ao mesmo tempo que concede muitos micro-créditos embora, também, esteja sujeito a críticas nos últimos anos por impedir a existência de potenciais instituições de financiamento dos projectos privados e fontes de financiamento.

O South African Development Bank (SADB), da África do Sul, inicialmente uma instituição destinada a financiar a infra-estrutura local e municipal, que registava um número insuficiente de mercados de obrigações, começou a diversificar-se para a concessão de créditos internacionais em apoio à expansão das empresas sul-africanas no mercado da SADC. Contudo, os seus rácios financeiros são sustentáveis mas, demasiado baixos para que qualquer banco comercial os consiga sustentar utilizando apenas fundos privados e capitais próprios, sem recorrer ao apoio do governo (Ibdem).

No caso de Moçambique, muitos críticos pensaram que as Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (IFD's) eram um desastre e insistiram na sua liquidação mas, os fundos podem ser disponibilizados logo que as instituições financeiras apropriadas e com capacidade administrativa se expandam. Assim, o banco de desenvolvimento proposto não pretende lidar com quaisquer lacunas no micro-crédito. Pelo contrário, pretende abordar os problemas de

---

<sup>9</sup> [http://www.minag.mz/pt/noticias/Bancos comerciais não são Favoráveis aos Camponeses](http://www.minag.mz/pt/noticias/Bancos%20comerciais%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20Favor%C3%A1veis%20aos%20Camponeses), 08 de Fevereiro de 2007.

crédito (a “projectos”) a longo prazo, crédito a pequenas e médias empresas e crédito à produção agrícola<sup>10</sup>.

De referir que, em relação aos países industrializados, a experiência recolhida das IFD's é mista ; muitas não tiveram sucesso ou requereram um subsídio contínuo e a sua contribuição para o crescimento nacional é controversa. Contrariamente, nos países em desenvolvimento, gozaram de alguma popularidade, especialmente devido à promoção do Banco Mundial (Vali, 2006:183).

## 6.2. Abordagem sobre Micro-Finanças<sup>11</sup>

Este conceito, nasceu de forma tímida na década de 1950 como corolário do debate sobre a viabilidade e modalidades de concessão de subsídios e crédito à população de baixo rendimento, de modo a criar mais-valias. Na fase inicial, a concessão de crédito a este segmento populacional era vista como uma actividade meramente social e, como tal, essa função estava estritamente adestrada ao Estado que por sua vez a desenvolvia através de organismos especialmente concebidos para esse fim (Von Pischke, 1991:8).

Nos anos recentes, as micro-finanças vêm se revestindo de algum prestígio no plano internacional. Segundo analistas e investigadores das finanças rurais, existe uma enorme procura pelos serviços de poupanças por parte dos pequenos agricultores e famílias rurais, e acredita-se que a sua disponibilização teria um maior impacto na melhoria de gestão financeira e na qualidade de vida das populações rurais.

O surgimento de programas micro-financeiros, é facilmente explicado pela “fronteira do acesso aos serviços formais” (Von Pischke, 1991:11). Segundo este autor, o acesso aos

---

<sup>10</sup> <http://www.databases.sardc.net/books/HDR2001/> Os ganhos Económicos e Sociais e o Desenvolvimento, 17 de Maio de 2007.

<sup>11</sup> Provisão de serviços financeiros (basicamente micro-créditos e micro-poupanças) a clientes de baixo rendimento, com o objectivo de promover o desenvolvimento (Ledgewood, 1998:1).

serviços financeiros formais, de acordo com o rendimento é iníquo e desequilibrado. Pischke idealizou uma linha que separa dois grupos de agentes procuradores de serviços formais de acordo com o rendimento e estrato social dos membros de cada um dos grupos a que designou “fronteira do acesso aos serviços formais”.

Além da fronteira localiza-se o conjunto de agentes desprovidos de meios que os elejam a aceder ao crédito e à poupança, enquanto que dentro da fronteira coabitam os agentes com acesso aos recursos financeiros formais. Esta iniquidade de oportunidades no acesso aos serviços financeiros é particularmente motivada pelos altos custos operacionais, incluindo os administrativos e os de estrutura a que as instituições financeiras se sujeitam.

É na base da ponderação destes níveis de custos que os intermediários financeiros definem montantes mínimos de depósitos a captar e volumes mínimos de transacções a intermediar por cliente. Esta barreira motivada pela racionalidade económica dos bancos, provoca desequilíbrios socialmente inaceitáveis entre os agentes procuradores de serviços financeiros.

A agricultura, devido à sua elevada exposição às calamidades naturais e à sua dependência em relação às condições atmosféricas foi definida como a actividade prioritária na concessão desses fundos. Os créditos eram altamente bonificados, ou seja, com taxas de juro bastante inferiores às do mercado. Mais tarde, por iniciativa dos doadores e de instituições governamentais, foram criadas as primeiras Uniões de Crédito cujo objectivo era de promover a consciência de poupança entre os agricultores e, simultaneamente, promover as agências de alguma auto-suficiência.

### **6.2.1. O Caso de Moçambique**

Na verdade, ainda se sabe muito pouco sobre os níveis de poupança das famílias e pequenas empresas rurais no país. A ausência de informação sobre os níveis de rendimento que estas famílias rurais auferem ou produzem durante o ano, assim como outra informação relevante sobre as actividades que estas desenvolvem dificultam a estimação do potencial de poupança existente nas zonas rurais (Besley, 1998:56).

Contudo, algumas evidências empíricas e trabalhos ainda não sistematizados revelam com alguma insistência que a procura por este serviço é muito grande neste segmento.

A nível internacional, exemplos, têm mostrado que serviços financeiros podem ser estendidos a milhões de clientes nas áreas rurais de rendimento baixo criando proveitos para os bancos através do uso de técnicas simples e inovativas.

O esforço do Bangladesh é especialmente interessante, no fornecimento do crédito à agricultura. Bancos comerciais nacionalizados têm feito pequenos crédito aos agricultores para a aquisição de semente melhorada, agro-químicos e outros *insumos* juntando-os em pequenos grupos nos quais decidem a alocação dos créditos entre os membros e assumem a responsabilidade pelos reembolsos (Ahmed, 1994:235).

Outros PVD's têm também optado para além da criação de fundos de fomento, para a alternativa de criação de bancos comunitários e de cooperativas de crédito nas zonas rurais.

Todavia, a experiência mostrou que os créditos foram concedidos à exigência de garantias, na maioria dos casos por prestamistas que tendo contraído a taxas reduzidas, os colocavam depois a taxas de juros muito elevadas e para fins não agrícolas de tal modo que os programas de crédito agrícola falhavam muitas vezes (Besley, 1998:71). Assim, compreende-se que são a escassez e a inoperância do crédito que têm concorrido para o atraso da agricultura.

É nesta base que o BM tem vindo, ao longo destes últimos, anos a rever a principal legislação do subsector como forma de adequá-la ao elevado ritmo do seu desenvolvimento, mas também para criar janelas que permitam levar os serviços financeiros para as zonas rurais do país.

Após a introdução do PRE em 1987, várias foram as reformas levadas a cabo no sistema financeiro moçambicano que conjugadas com o desenvolvimento positivo das demais variáveis da economia culminaram com uma resposta positiva do sector privado nacional e estrangeiro, conduzindo para o aparecimento de diversos tipos de instituições e serviços financeiros (Benfica, 1998:99).

No que respeita às instituições micro-financeiras licenciadas, as mesmas estão, maioritariamente, na capital do país, Maputo. Elas dedicam-se ao financiamento de projectos de rápido retorno, o comércio, e não se apresentam ainda como complemento desejável às instituições bancárias, particularmente para o sector agrícola.

Note-se, por exemplo, que das maiores instituições ou projectos de micro-finanças existentes no país, só uma e a sua rede de associações locais de crédito, dão crédito para a produção agrícola. As demais têm características de prazos e periodicidade de pagamento de frequências que não permitem investir na produção agro-pecuária, senão no comércio, embora este sector não ocupe a maior parte da população no campo e não seja o maior gerador de rendimentos nas zonas rurais (Besley, 1998:52).

A par da procura do crédito, sabe-se que em Moçambique as famílias rurais também procuram facilidades de poupanças e querem serviços financeiros formais adequados às suas características de rendimentos. Há evidências de estudos realizados no país que mostram que os habitantes das zonas rurais podem poupar quando um serviço adequado às suas características se encontra disponível<sup>12</sup>.

Aqui, a regulamentação aparece como um factor muito importante para a constituição e o desenvolvimento de instituições e práticas financeiras que possam oferecer serviços financeiros para o segmento de pequenos produtores com rendimentos sazonais.

Contudo, operar no sub-sector de micro-finanças e no campo é muito diferente de estar nas zonas urbanas devido ao tempo para ter, em primeiro lugar a lucratividade e depois a desejada sustentabilidade institucional e financeira pelas óbvias razões actuais de que a rentabilidade agrícola é muito mais reduzida do que a urbana.

Mas o campo pode gerar rendimentos atractivos e regulares se investimentos em infra-estruturas forem feitos para uma agricultura privada de rendimento a par da familiar.

Com efeito, há necessidade de criação de instituições financeiras com mecanismos que promovam e operacionalizem acções viáveis de produtores nacionais familiares e privados, e

---

<sup>12</sup> <http://www.fao.org/> Rural Finance and Poverty alleviation, 01 de Junho de 2007.

que tenham um papel catalizador na captação de poupança e no crédito rural<sup>13</sup> ou seja, a actividade micro-financeira em Moçambique é um desafio importante em função dos resultados obtidos noutras partes do mundo.

Em geral, segundo Ledgerwood (1998:39), os programas micro financeiros devem identificar-se com o objectivo de promover um crescimento económico sustentável devendo reger-se pela combinação das seguintes práticas chave:

- Orientação para o mercado. Ou seja, todo o funcionamento da instituição deve estar orientado para a satisfação das necessidades do cliente através da oferta de serviços de qualidade que vão ao encontro das expectativas deste. Isto pressupõe, desde logo, o conhecimento do meio que envolve a empresa tipo de clientes a atingir, suas características principais, produtos e serviços que demandam (poupança, crédito e seguro), finalidades de aplicação de fundos (investimento ou tesouraria), níveis de juros que estão dispostos a suportar, entre outros.

Nesta acepção, a instituição não deve exteriorizar a sua vocação lucrativa, mas acima de tudo que está comutado com o objectivo de contribuir, através de suas actividades, para a integração dos clientes na economia.

- Sustentabilidade financeira. Esta é a prática chave nuclear, mas é também a mais difícil de realizar. Consiste em gerar proveitos operacionais a partir dos custos operacionais suportados, ou seja, os proveitos resultantes da exploração da actividade (basicamente os juros, comissões e emolumentos) devem ser capazes de cobrir as diminuições da situação líquida do programa incorridas para gerar esses proveitos, incluindo os custos não desembolsáveis (amortizações e provisões) e os ajustamentos para a inflação e subsídios, a partir dos seus rendimentos.

---

<sup>13</sup> Preocupação devidamente apresentada e fundamentada na Agenda 2025.

### 6.3. Agro-Indústrias

O crescimento da produção agrícola e da produtividade laboral contribuem de modo substancial para a redução da pobreza e o melhoramento do bem estar rural e a consequente promoção do desenvolvimento rural.

De um modo geral, a agro-indústria constitui uma proporção significativa do valor das manufacturas em Moçambique. Dados do INE (2004) indicam que o processamento de alimentos representa 60% do valor da indústria transformadora com as indústrias têxteis e de produção de roupa e de artefactos de madeira representando os outros 40%.

Um inquérito do INE a 146 empresas, indica que as vendas do sector processador de alimentos (indicador para as agro-indústrias) cresceu a uma taxa anual de 28% entre 1997 a 2003 e o sector de alimentos utilizou 47% da sua capacidade produtiva em 2004. (Relatório de Desenvolvimento Humano, Moçambique, 2004:47).

Devido aos acordos que garantem a compra da colheita do sector familiar e, posterior venda em mercados internacionais protegendo-se, assim, contra a queda de preços através de contratos futuros, a agro-indústria tem meios para fazer cumprir os prazos de pagamento dos empréstimos.

As Agro-indústrias, podem, ainda, trazer consigo soluções para os diferentes aspectos do desenvolvimento rural em Moçambique como é o caso da entrada, em parceria com o Governo, na gestão de serviços de infra-estruturas, manutenção de estradas, produção de energia, telecomunicações, entre outros.

Assim, as agro-indústrias, também, representam uma solução de crédito rural a curto prazo bem como de abertura das zonas rurais a mercados nacionais e estrangeiros uma vez que baseiam-se, essencialmente, numa relação de dependência entre o produtor e seus clientes oferecendo uma outra forma de ultrapassar os entraves do crédito agrícola.

Mas, um desafio premente é o de assegurar a sua sustentabilidade no contexto de um sistema legal pouco desenvolvido que não lida de forma efectiva com os riscos associados ao não cumprimento de obrigações contratuais.

## CAPÍTULO IV. 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 7.1. Conclusões

O crédito e a banca são os problemas da agricultura mencionados com mais frequência em Moçambique e, a sua ausência ou escassez, particularmente nas zonas rurais, constitui um dos principais impedimentos ao desenvolvimento rural.

O crédito agrícola surge junto da família rural em função do produto e da certeza de poupança e, enquanto não se alcançarem esses níveis de poupança é necessária a disponibilização de capital de risco com origem fora do sector agrário<sup>14</sup>.

Dentre os critérios que impedem a elevação da oferta de crédito as exigências de garantias, os custos de estudos de viabilidade a serem apresentados às instituições pelos clientes bem como a inexistência de instituições especiais de crédito, guiadas por moldes diferentes dos que estão estabelecidos para outras instituições bancárias, como é o caso da banca comercial.

Paralelamente, os fundos de fomento (instituições públicas de promoção e desenvolvimento de actividades económicas), cujo objectivo fundamental é “incentivar a expansão de crédito agrícola e de desenvolvimento rural e estimular a ampliação dos programas de crédito rural”<sup>15</sup>, estão longe de funcionar com eficiência dentro das suas atribuições sendo frágil o seu relacionamento com os pequenos agricultores e com o sistema bancário, no concernente às suas atribuições na área de crédito.

O agricultor rural é pobre e, por conseguinte, dificilmente consegue constituir objectos de garantia junto das instituições financeiras ou encomendar estudos de viabilidade.

A hipótese de um BD pode contribuir para o desenvolvimento rural porque não serve apenas para desenvolver a agricultura. Existe outra componente importante que é a comercialização

---

<sup>14</sup> Contudo, a exigência no sentido de o Governo assumir um papel activo no crédito rural ainda encontra resistência tanto por parte deste assim como dos doadores.

<sup>15</sup> Decreto nº 28/89 de 19 de Setembro

pois, o problema da agricultura deve ser visto dentro de toda a cadeia de produção agrária que começa com a produção de sementes melhoradas e certificadas que possam permitir o melhoramento dos rendimentos. Contudo, a criação de IFD's é bastante arriscada porque impõe a necessidade de fundos fora do sector para o seu funcionamento devendo possuir fundos garantidos para as suas actividades.

Os mercados financeiros rurais e as agro-indústrias mostram-se mais viáveis. É necessário que se desenhe e implemente um modelo de mobilização de poupanças adequadas ao ambiente rural, tendo em consideração as necessidades, hábitos, costumes e as motivações da população rural bem como a dimensão destas poupanças, atendendo ainda que qualquer modelo de mobilização de poupanças deve ter em conta a minimização de custos operacionais destas poupanças uma vez que elas são difíceis de gerir.

Assim, sem, no entanto, esgotar todos argumentos, o problema de pesquisa inicialmente colocado fica respondido. Do mesmo modo, as hipóteses levantadas ficam, também, integralmente satisfeitas na medida em que verificou-se que, efectivamente o sistema bancário privado é urbano e sente-se satisfeito em dar empréstimos para o consumo, como é o caso de automóveis ou da construção de habitação urbana, não mostrando qualquer interesse no crédito rural destinado à agricultura ou à comercialização agrícola havendo, por conseguinte, necessidade de adoptar políticas alternativas para a escassez de crédito agrícola.

## 7.2. Recomendações

Os custos de transacção associados ao crédito rural são altos devido às dificuldades de comunicação e de obtenção de informação relevante que permita a construção do perfil de risco.

Entretanto, a seguir são apresentadas algumas recomendações para uma estratégia alternativa às políticas de crédito para o sector agrícola com potenciais efeitos multiplicadores para o desenvolvimento rural:

- abertura de programas de captação de poupanças nas zonas rurais. Embora no princípio esta estratégia alcance somente os produtores de grande escala, pode mais tarde penetrar profundamente as áreas rurais desde que os bancos recebam depósitos de poupanças de cooperativas do sector familiar;
- concessão de empréstimos por atacado a empresas de fornecimento de *insumos*, cooperativas, comerciantes ou outras entidades que financiam directamente o sector familiar cujo melhor conhecimento dos seus clientes pode permitir fazer empréstimos em espécie a custos baixos e obter níveis de reembolso muito mais altos do que um banco poderia assegurar;
- uso de redes de associações e grupos de produtores. Empréstimos em grupos que proporcionem um conhecimento detalhado e providenciem os mecanismos de pressão social para o seu reembolso. Neste caso, os altos custos de avaliação, monitoração e obtenção de reembolsos para os empréstimos seriam designados a outro agente, reduzindo os custos para o banco e acrescentando a viabilidade de fazer empréstimos em zonas rurais;
- financiamento bancário a investimentos de baixo custo em irrigação e outras formas de gestão de recursos hídricos com vista a reduzir os riscos causados pela falta de chuvas adequadas e atempadas; e

- criação de BD não lucrativos com o Governo a providenciar o seguro e os doadores a financiarem as inevitáveis e elevadas despesas gerais e garantias de taxas de juro mais baixas com vista a facilitar o acesso ao capital financeiro por parte dos camponeses.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMSSON, H. e Nilsson, A. (1997). The Washington Consensus and Mozambique. Goteborg: Chalmers Reporcentral.
- AHMED, A. Kennedy, J. (1994). The Effect on Viability of Banglahesh Farm Household of Permiting Multipurpose Institutional Credit. Saving and Development.
- AMARAL, Wanda do. (1995). Guia para apresentação de Teses, Dissertações Trabalhos de Graduação. Universidade Eduardo Mondlane, INLD.
- BENFICA, Rui. (1998). An Analysis of the contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Income in central and Northern Mozambique, Mcs Thesis, Dept. of Agricultural Economics, Michigan Staté University.
- BESLEY, T. J. (1998) Como é que as Falhas de Mercado Justificam a Intervenção no Mercado do Crédito Rural, Maputo.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (1996). Reflexões para Dinamizar a Economia Rural: Estratégias para Acelerar o Crescimento Económico em Moçambique. Maputo.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (1994). Moçambique Perspectivas Económicas. Maputo: Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane em Associação com a Friedrich Ebert.
- COHEN, J. M. (1977). Rural Development Participation: Concepts and Measures for Project Design Implementation and Evaluation. New York: Cornell University.
- CNP (Comissão Nacional do plano) e DNE ( Direcção Nacional de Estatística). Anuários Estatísticos. (Vários). Maputo: CNP/DNE.
- GOM (Governo de Mocambique). Plano de Acção para a redução da pobreza absoluta (PARPA, 2006-2009). Maputo.
- GOM (Governo de Mocambique). Plano Quinquenal do Governo (2005-2009). Maputo.
- GOUVEIA, A. Santos (1999). Seminário sobre o Estudo do Sector Agrário: Breves Considerações sobre o Crédito Agrícola. 2ª Edição Revista, Maputo: centro de Documentação Agrícola.

- HANLON, Joseph (2002). Debate sobre a Terra em Moçambique: Irá o Desenvolvimento Rural Ser Movido pelos Investidores Estrangeiros, pela Elite Urbana, pelos Camponeses mais Avançados ou pelos Agricultores Familiares. Trabalho de Investigação encomendado pela Oxfam, GB – Regional Management Center for Southern Africa.
- LEDGEWOOD, J. (1998). Microfinance HandBook – An Institutional and Financial Perspective. World Bank: Washington DC.
- MATSULE, J. (1987). Papel da Economia Agrária no Desenvolvimento Económico e Social. Comunicação do Seminário sobre Crédito ao Sector Agrário. Maputo.
- MOSCA, João (2001). Proposta de Linhas Gerais de Desenvolvimento Agrário a Médio Prazo. Maputo: Ministério da Agricultura.
- NEGRÃO, José. (2000). Desenvolvimento Rural em Moçambique no Contexto Teórico Internacional. Maputo: Seminário Nacional sobre a Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique (12-13 de Julho de 2000) – MADER.
- TSCHIRLEY, D. L.; Benfica, R. (2001). Sector Familiar Agrícola, mercado de Trabalho Rural e Alívio da pobreza Rural: Evidencia de Moçambique.
- VALI, Salim Cripton (2006). A Agricultura e o papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de Interesse entre o Estado e os Agricultores?, Edição CIEDIMA.
- VON PISCHKE, J. (1991). Microfinance at the Frontier –Debt Capacity and Role of Credit in the Privete Economy. World Bank. Washington DC.

## 9. ANEXOS

### Anexo 1:

Tabela 1. Alocação de Recursos na Despesa do Estado em Percentagem Média, 1975-2000

Sectores de Actividade	Credito Médio (1975-2000)
Sectores Não Prioritários	35%
Educação	18,50%
Outros Sectores	4,89%
Infra-Estruturas	14,90%
Saúde	14,01%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	12,70%

Fonte: Adaptado dos Anuários Estatísticos do Banco de Moçambique, (1975 a 2000)

### Anexo 2:

Tabela 2. Distribuição do Crédito à Economia por Sectores de Actividade (10<sup>6</sup> Meticais)

Anos	Credito Total	Credito		Transporte e		Comercio		Outros
		Agricola	Industria	Construcao	Comunicacao	Interno	Externo	
1980	48800	22700	12200	2700	3000	6900	1300	Na
1981	56600	26300	11300	4200	3300	7500	4100	Na
1982	72800	34100	16300	4900	5300	7600	4600	Na
1983	91800	42100	23400	6200	7100	7400	5600	Na
1984	105900	49600	23700	7700	10500	7600	6800	Na
1985	114200	56900	23000	8100	11900	6900	7400	Na
1986	124800	63500	23669	8000	15500	7600	6400	Na
1987	151667	75439	45578	8600	21118	71017	9097	1071
1988	213687	90600	76203	10247	26268	26544	10647	2886
1989	334649	139023	101250	11164	38143	56001	11228	3540
1990	407327	159843	146078	10471	38196	83921	12119	4647
1991	559533	204525	186400	7321	48135	125678	11145	10545
1992	717640	238740	228902	13428	60941	182731	50805	26636
1993	874161	259536	230000	16387	53842	261195	5789	401118
1994	1196625	269830	390982	24781	47115	354208	1432	72025
1995	1277220	274425	345822	61025	34355	568460	12429	5054
1996	1985798	454974	548373	36676	102844	7164041	12419	51060
1997	4991662	937530	146308	100088	214136	1268701	680	835876
1998	7337193	1577943	289810	267431	216837	2027909	5192216	519216

Fonte: Adaptado dos Anuários Estatísticos do Banco de Moçambique, (1980 a 1998)

**Anexo 3:****Tabela 3. Cálculo do Produto Interno Bruto Global a partir do Produto Interno Bruto Per Capita e Volume da população de Moçambique no período de 1975 a 2000.**

Anos	População	PIB Per Capita	PIB Global
1975	10498.00	1737.91	18244579
1976	10797.94	1456.46	15726768
1977	11112.74	1368.05	15202784
1978	11437.30	1328.10	15189878
1979	11766.46	1334.91	15707165
1980	12095.00	1128.96	13654771
1981	12421.82	1163.05	14447198
1982	12749.94	1086.85	13857272
1983	13061.39	939.47	12270784
1984	13329.72	828.05	11037675
1985	13541.00	776.35	10512555
1986	13706.39	747.99	10252243
1987	13836.99	822.03	11374421
1988	13943.83	870.52	12138383
1989	14042.07	930.17	13061512
1990	14151.00	925.83	13101420
1991	14420.00	941.84	13581333
1992	14690.00	941.16	13825640
1993	15005.00	885.49	13286777
1994	15420.00	876.29	13512392
1995	15820.00	802.94	12702511
1996	16230.00	853.55	13853117
1997	16630.00	942.61	15675604
1998	16965.00	993.61	16856594
1999	17299.00	986.04	17057506
2000	17691.00	1037.03	18346098

Fonte: Penn World Table 6.1.

**Anexo 4:****Tabela 4. Cálculo da Contribuição da Produção do Sector Agrícola no Produto Interno Bruto no período de 1975 a 2000.**

Anos	PIB Global	Produção Agr Total (Tons)	Peso da Agri no PIB (%)
1975	18244579	8486720,233	0,465164
1976	15726768	7307667,673	0,464664
1977	15202784	7121084,244	0,468407
1978	15189878	6966164,153	0,458606
1979	15707165	7356708,12	0,468366
1980	13654771	6803471,815	0,498249
1981	14447198	7350937,958	0,508814
1982	13857272	6892592,088	0,497399
1983	12270784	5202623,632	0,423985
1984	11037675	4585373,458	0,415429
1985	10512555	4125330,226	0,392419
1986	10252243	3747482,149	0,365528
1987	11374421	3783971,411	0,332674
1988	12138383	3603852,542	0,296897
1989	13061512	2945273,457	0,225493
1990	13101420	2814986,67	0,214861
1991	13581333	3111672,642	0,229114
1992	13825640	2596720,82	0,187819
1993	13286777	2857465,719	0,215061
1994	13512392	2905986,534	0,215061
1995	12702511	2718414,797	0,214006
1996	13853117	2769404,226	0,199912
1997	15675604	3082732,99	0,196658
1998	16856594	3277629,782	0,194442
1999	17057506	3240806,73	0,189993
2000	18346098	3695931,464	0,201456

Fonte: Banco de Moçambique, Anuários Estatísticos - INE, PWT 6.1.